

ISSN

working papers/textos para discussão
número 11 • abril de 2015

A profissionalização da carreira dos senadores brasileiros na Primeira República (1890-1930)

Lucas Massimo (ufpr; nusp)



The Observatory of Social
and Political Elites of Brazil

Lucas Massimo é doutorando em Ciência Política pela UFPR e editor da *Revista de Sociologia e Política*.

Resumo: Por que alguém quer ser senador no Brasil durante a Primeira República (1890-1930)? Por que essa pergunta é relevante? O objetivo deste texto é apresentar respostas preliminares para essas duas questões. A primeira parte do texto aborda o problema de um ponto de vista teórico. A segunda parte justifica qual é a oportunidade teórica de um estudo como esse para o Brasil da primeira metade do século XX. A terceira parte do paper visa apresentar a nossa hipótese de pesquisa.

Este texto é uma versão preliminar do trabalho ainda em curso.

**Não citar sem autorização do autor que pode ser contatado por e-mail
(lucasmassimo@gmail.com)**

Introdução

1. Por que alguém quer ser senador no Brasil durante a Primeira República (1890-1930)?
2. Por que essa pergunta é relevante?

O objetivo deste texto é apresentar um primeiro encaminhamento para as duas questões acima relatadas, pois elas definem os eixos fundamentais desta tese de doutorado. Esperamos apresentar ao leitor o contexto em que as duas questões serão discutidas, pois com isso poderemos esclarecer qual é o tema, o objeto e a hipótese da pesquisa.

A primeira parte do texto aborda o problema de um ponto de vista teórico, ou seja, veremos em primeiro lugar por que alguém persegue com êxito um mandato parlamentar (não exatamente no Brasil, no período coberto pela nossa pesquisa). Ela tem a finalidade de recuperar uma parte do debate internacional, para *explicitar algumas precisões conceituais* que serão estruturantes da pesquisa, e trabalhadas na segunda parte do texto.

A segunda seção tem o objetivo de justificar qual é a oportunidade teórica de um estudo como o nosso no Brasil, na primeira metade do século XX. A ideia nesta segunda seção é *apresentar o problema teórico* de fundo e delimitar o objeto em análise nesta investigação, para justificar a pertinência do nosso trabalho.

A terceira parte visa apresentar a nossa hipótese. Isto serve para explicar ao leitor como está estruturado o desenho da pesquisa, como as perguntas serão examinadas, e com que tipo de evidências. Esse trabalho, quando concluído, resultará na primeira versão do capítulo introdutório da tese.

I. Por que se perseguem mandatos parlamentares?

Existem duas maneiras elementares de saber por que determinados indivíduos desejam ser eleitos para o parlamento. A primeira delas consiste em observar o processo de recrutamento dos indivíduos que chegam aos parlamentos. *Como eles chegaram até lá?* A segunda maneira de compreender os motivos pelos quais alguém se elege um parlamentar é analisando o seu comportamento uma vez eleito. *O que ele faz no posto?* Portanto, a primeira distinção conceitual que propomos nesta pesquisa tem a ver com o momento da carreira política. Para saber por que alguém almeja um mandato é possível estudar como os indivíduos chegaram ao congresso (estudos de recrutamento político) e o que fazem durante o exercício das legislaturas (pesquisas sobre o comportamento parlamentar).

Dentro do campo de estudos de recrutamento político podemos diferenciar pelo menos duas formas de se aproximar da nossa questão. A primeira delas explica o desejo pelos cargos parlamentares através da teoria da ambição política, uma linha de análise tributária da teoria da escolha racional, e, como tal, ela deduz as escolhas e as movimentações dos cargos a partir de uma dada estrutura de oportunidades políticas. A premissa elementar é que todo político almeja cargos públicos, e perseguirá essa meta de forma racional, ponderando os custos ou os riscos dos seus movimentos. De acordo com Joseph Schlesinger “De todos os motivos que podem incitar um político, seus avanços entre os cargos são o que o observador externo pode discernir com

alguma segurança. O que quer que as regras informais digam sobre o decoro da relutância, e apesar do estilo político americano requerer ambição sejam modestas, chega um momento em que um homem precisa abrir suas intenções para concorrer a um cargo público”¹(1966, p.06). A observação empírica da estrutura de cargos perfilada pelos indivíduos ao longo de sua carreira revela ao analista se o ator possui uma ambição discreta (quando o político almeja um cargo em particular para um período determinado), estática (nos casos em que o indivíduo permanece por muito tempo no mesmo cargo) ou progressiva (quando o detentor de um cargo almeja uma posição com maior destaque ou importância). Como se vê, a variável independente aqui é a estrutura de oportunidades políticas, pois é ela que determina a trajetória de cargos percorridos pelo indivíduo.

A segunda maneira de se investigar por que indivíduos perseguem funções políticas no campo do recrutamento político tem a ver com os valores atribuídos a esses cargos, uma vez que “carreiras são sempre uma construção social. Trajetórias de carreiras potencialmente exitosas são o produto de opiniões compartilhadas a respeito da estrutura de competição e da hierarquia dos cargos políticos.”²(Borchert 2009, p.04) Portanto, para essa segunda corrente de estudos sobre o recrutamento o foco da pesquisa deve recair sobre os *processos de socialização política*, pois será durante o seu processo de formação que o indivíduo adquire as predisposições que explicam sua inclinação para a carreira política. Portanto, para essa segunda corrente o que explica a escolha pela carreira são alguns atributos prévios à vida política, como o pertencimento a uma família com tradição política (Balmori et al. 1990), ou ter uma profissão propícia à carreira (Dogan 1967; Dogan 1999), ou ainda, os cursos universitários que foram frequentados antes de iniciar a vida política, como as faculdades de direito por exemplo (Eulau & Sprague 1964). Seja qual for o núcleo do elemento explicativo, ele se situa em um momento prévio à carreira política. “Não faz sentido, do ponto de vista teórico, utilizar o interesse inicial na política como variável independente a menos que nós possamos demonstrar o ponto na vida do político em que ele adquire as primeiras informações políticas e as referências que tiveram influência sobre os pensamentos que ele teve sobre o mundo político”³(Prewitt et al. 1966, p.573).

É importante para nosso trabalho salientar o dissenso entre a perspectiva da ambição e da socialização política. O que está em jogo aqui é onde situar a variável independente que determina os motivos pelos quais os políticos concorrem aos cargos legislativos – a defesa que Gordon Black faz da teoria da ambição política é esclarecedora a respeito: “é desejável procurar a lógica por trás das escolhas políticas no ambiente imediato do ator político, ao invés de investigar em seu passado distante os motivos e as suas experiências de infância. Muito do

¹ No original lê-se “Of all the motives which may drive a politician, his office drives are the ones the external observer can discern with some assurance. Whatever the informal rules may say about the propriety of reluctance, and however the American political style requires that ambition be played down, there comes a time when a man must make overt his intentions to seek a public office”

² No original lê-se “Career patterns thus are always social constructions as well. Potentially successful career pathways are the product of shared opinions about the structure of competition and the hierarchy of political offices”

³ No original lê-se “It makes no theoretical sense to use time of initial interest as an independent variable unless we can demonstrate that the point in the politician's life when he first acquired political information and images has a bearing on what types of thoughts he had about the political world”

trabalho em recrutamento político tem sido focado no *background* social e nas experiências de família do político, e enquanto estes podem ter algum impacto nas escolhas de carreira que os políticos fazem, [nossos] achados sugerem que forças mais imediatas também jogam um poderoso papel.”⁴(Black 1972, p.158).

Mas além do *timing* (se mais ou menos próximo do momento das escolhas individuais), o *tipo* de constrangimento que afeta os aspirantes a uma carreira é bem diferente, pois no caso da teoria da ambição política o elemento explicativo é a estrutura institucional – do que decorre, por exemplo, que países com uma estrutura política federativa oferecerão parâmetros para o cálculo muito diversos daqueles presentes países unitários – ao passo que para a explicação da socialização política os perfis de carreira devem ser compreendidos à luz das configurações socioeconômicas a partir das quais o pleiteante se lança na carreira política.

Contudo, essa divergência se estabelece dentro do campo de estudos sobre o recrutamento político, pois a variável dependente até agora sempre tem sido o que o sujeito faz antes de chegar ao parlamento. A segunda maneira de abordar a questão sobre por que alguém quer ser parlamentar observa o que os indivíduos fazem depois de eleitos, embasado em outro conjunto de indicadores, referentes ao comportamento parlamentar.

A questão sobre o que motiva políticos nos parlamentos compôs o quadro de análises behavioristas na ciência política norte-americana. Desde a década de 1930 estudos sobre psicologia política foram conduzidos com técnicas da psiquiatria, com vistas a traçar perfis dos políticos – uma agenda que não prosperou, pois esses testes já se revelaram inconclusivos nos anos 50 (McConaughy 1950). De acordo com Donald Matthews “Uma forma de evitar alguns dos problemas de lidar com ‘personalidade’ e ‘motivações’ sem ignorar completamente as variáveis psicológicas é estudar os ‘incentivos’”⁵(Matthews 1984, p.559). Trabalhando nesta direção, James Payne e Oliver Woshinsky definiram incentivos como “as necessidades emocionais que os indivíduos procuram atender, ou as satisfações que eles obtêm através da participação política”⁶ (1972, p.519) e propuseram uma classificação dos incentivos à participação política em seis tipos: adulação, status, programa, missão, obrigação e jogo. A pesquisa apresenta dados de entrevistas semiestruturadas com parlamentares da Colômbia, Connecticut, República Dominicana, Brasil e França, e apresenta resultados interessantes – ao diferenciar, por exemplo, a satisfação obtida com a negociação pela implementação de uma política pública específica (incentivo pelos programas) do desejo instrumental de se engajar na disputa pela disputa (incentivo pelo jogo).

⁴ No original lê-se “it may be desirable to seek the logic behind political choice in the immediate environment of the political actor rather than search his distant past for the motives and experiences of childhood. Much of the work on political recruitment has been focused on the social background or family experiences of the politician, and while these may have some impact on the career choices that politicians make, these findings suggest that more immediate forces play a powerful role as well.

⁵ No original lê-se “One way of avoiding some of the problems of dealing with ‘personalities’ and ‘motivations’ without totally ignoring psychological variables is to study ‘incentives.’”

⁶ No original lê-se “the emotional needs which individuals seek to fill, or the satisfactions they get, through political participation”

O segundo tipo de explicações sobre por que os parlamentares visam cargos políticos segue na linha da teoria da ambição política, acima mencionada. As pesquisas de Gordon Black com os dados dos vereadores da região de São Francisco (Black 1970; Black 1972) formaliza o cálculo da progressão na carreira através da renda de utilidade obtida (U_0) com um cargo superior, com uma diferença entre, por um lado, o produto dos benefícios que se espera obter do cargo (B) e as estimativas dos riscos (P), e por outro, os custos para a eleição ao cargo superior (C). A fórmula é a seguinte: $U_0=(PB)-C$.

Outro trabalho que se desenvolveu sob a tradição da escolha racional iniciada por Schlesinger, e que teve grande repercussão na ciência política norte-americana, é o texto de David R. Mayhew, intitulado “Congress: The Electoral Connection”, que combina características do sistema eleitoral e partidário com o desejo de reeleição dos deputados para a “House of Representatives”. Ainda de acordo com Donald Matthews “O resultado revela que o comportamento e as práticas institucionais são contundentemente familiares aos observadores do congresso. Boa parte do que sucede no capitólio pode ser explicado pelas ambições estáticas dos parlamentares. Se o Congresso se torna menos atrativo aos seus membros – como parece estar ocorrendo nos últimos anos – pode-se esperar importantes mudanças nos modos institucionais para se prosseguir”⁷ (Matthews 1984, p.562).

Ao distinguir recrutamento político de comportamento político queremos sublinhar quão delicados são os vínculos entre essas duas dimensões da carreira política. As análises dos incentivos, realizadas pela via da observação direta, na forma das entrevistas, impedem generalizações fecundas, pois as evidências são obtidas em desenhos de pesquisa qualitativa, e desse modo, tais dados não se prestam a generalizações (Merton & Patricia L. Kendall 1946). A premissa da racionalidade dos atores na verdade desloca a questão sobre por que se perseguem mandatos parlamentares, pois é uma condição básica do cálculo racional que o conteúdo substantivo que mobilize os atores seja dissolvido na ideia de renda de utilidade. Assim, é preciso ponderar que, do ponto de vista teórico, uma investigação *sobre os padrões de carreira* que integre a dimensão do recrutamento político com a dimensão do comportamento parlamentar padece de uma ponte sólida sobre a qual se estabeleça essa ligação.

Talvez a maneira mais sofisticada de explorar teoricamente essa conexão fosse com a realização de um estudo de socialização política em toda a população, pois comparando os perfis sociais dos membros da elite parlamentar com todos os demais “não membros” seria possível estabelecer, com um elemento contrafactual, quais são os atributos *exclusivos* da elite, se eles são provenientes do processo de recrutamento político, e em que medida eles explicam o seu comportamento. É claro que um estudo dessas dimensões seria inviável.

É importante mencionar essas dificuldades, pois com ela podemos definir com mais propriedade a abordagem do problema teórico que será examinado nesta pesquisa. Ao explicar como se examina a questão “porque alguém quer ser senador” no campo do comportamento legislativo, com isso podemos entender o que *não* pretendemos fazer nesta pesquisa, e visualizar

⁷ No original lê-se “The resulting picture (...) depicts behavior and institutional practices which are strikingly familiar to Congress-watchers. A great deal of what transpires on Capitol Hill can be explained by the static ambitions of congressmen. If Congress becomes less attractive to its members-as seems to be happening in recent years-one can expect some important changes in institutional ways to follow”

com mais clareza o tema escolhido e as consequências dessa decisão para a nossa investigação. O nosso trabalho se concentra somente sobre o tema do recrutamento político. Não dispomos de informações sobre o que fazem os senadores uma vez eleitos, e ao retirar o tema “comportamento legislativo” do nosso horizonte, com essa operação nos alienamos de pensar uma das funções elementares dos corpos legislativos, que é a representação política. Feitas estas precisões, abordaremos no próximo subitem deste capítulo por quais razões um estudo como o nosso deve ser feito.

II. A oportunidade teórica de um estudo sobre recrutamento político.

“O estudo do recrutamento político procura informações sobre o processo através do qual indivíduos ou grupos de indivíduos são impulsionados para funções políticas ativas. Esta definição ou o assunto em questão discerne o estudo das elites políticas em [alguns] aspectos fundamentais: tendo em vista que estudos de elites políticas se reportam aos detentores de posições de influência política ou ao estrato social no qual eles são mais frequentemente recrutados, estudos de recrutamento dizem respeito ao processo político e social através dos quais tais posições são atingidas (...) Assim definido, o estudo do recrutamento político é relativamente recente para a ciência política *empiricamente orientada*, ainda que nele possa ser rastreada a ênfase colocada sobre a circulação das elites e da política como uma profissão.”⁸(Czudnowski 1975, p.155)

De acordo com Moshe Czudnowski, existem dois elementos que justificam a relevância de um estudo sobre o recrutamento político. O primeiro deles já está posto na definição do fenômeno, e diz respeito à delicada vinculação entre um determinado arranjo de instituições políticas e uma dada sociedade. Isso implica em abordar três dilemas relativos à mudança social, quais sejam, a permanência de instituições com a renovação do pessoal político, a produção de políticas em um contexto de permanente mudança social e a conjugação de autoridade política com legitimidade.

O segundo aspecto que para este autor justifica um estudo de recrutamento político tem a ver com relevância da política para a obtenção de metas não políticas. A ideia, resumidamente, é que através da carreira política os atores ranqueiam suas metas públicas e seus desígnios pessoais, uma vez que ambas estão ligadas a suas escalas de prioridades. O recrutamento mostra os bônus oferecidos pelo sistema político ao mesmo tempo em que funciona como uma base de consideração sobre (e a medida para) o grau de intercâmbio entre meios políticos e não políticos na busca de metas não políticas. O autor ilustra essa proposição da seguinte maneira: “O grau desta permutabilidade é um importante indicador da localização de um sistema em continuum

⁸ No original lê-se “The study of political recruitment inquires into the process through which individuals or groups of individuals are induced into active political roles. This definition or our subject matter distinguishes it from the study of political elites in [some] major respects: Whereas political-elites studies refer to the holders of influential positions in politics or to social strata from which they have been recruited most frequently, recruitment studies are concerned with the social and political processes through which positions have been attained [...] Thus defined, the study of political recruitment is a relative newcomer to empirical political science, although it can be traced back to the emphasis placed on the circulation of elites and on politics as a profession”.

variando do totalitarismo, onde a permutabilidade é zero, ao liberalismo, onde a permutabilidade é elevada.”⁹(*idem* p.157). Portanto, em um sistema totalitário, que não prevê espaço para a singularidade do indivíduo, não existirá intercâmbio entre meios políticos e não políticos na obtenção de metas individuais, ao passo que em sistemas pautados pelo princípio do liberalismo essa troca é intensa e constante.

As duas justificativas apresentadas por este autor dizem respeito ao recrutamento político em geral. Nosso estudo tratará de um segmento da elite política, a elite parlamentar (e, dentro deste, do segmento senatorial em um período determinado), portanto, o passo seguinte para explorar as oportunidades teóricas deste trabalho deve começar resgatando a interpretação que Henrich Best e Mauricio Cotta propuseram acerca dos achados empíricos obtidos em uma pesquisa sobre o perfil dos parlamentares em 11 países europeus entre 1850 e 1990. Segundo os autores “O quadro geral delineado por esses dados é a clara predominância entre os representantes europeus de um político profissional com um background de classe média, níveis de educação médios para altos, significativa experiência política e a possibilidade de extenso serviço no parlamento. Representação política agora parece ser uma profissão em si mesma, requisitando muito mais do que o simples espelhamento das características daqueles que eles estão a ser representados, a fim de ser eleito e agir como representante.”¹⁰(Best & Cotta 2000, p.505)

Os achados aos quais esses autores se referem dizem respeito ao perfil do parlamentar europeu que se consolidou ao longo dos 150 anos da pesquisa. A questão teórica começa a ganhar contornos mais definidos quando se interroga sobre o seguinte: como países com históricos tão diferentes¹¹ foram capazes de produzir um parlamentar típico da classe média, e com traços tão homogêneos – entre 1970 e 1990 o parlamentar europeu se define como alguém que tem diploma universitário, é formado em disciplina de humanidades, é um trabalhador de colarinho branco ou azul (se vinculado à iniciativa privada), ou empregado no setor público (boa parte como professores), iniciando sua carreira política em cargos eletivos (ou na administração local) por volta dos 40 anos.

Para responder a essa questão os autores propõem analisar três blocos de indicadores (background social, carreira política e setor econômico de origem) em três períodos antes da fase de consolidação (1970-1990). O primeiro período seria o intervalo de 1848 a 1880, quando há um claro predomínio dos notáveis (sujeitos com um perfil social aristocrático, eleitos em regime de voto censitário, e ligados majoritariamente ao setor primário). O segundo período (1880-1920) seria um período de renovação da elite parlamentar, marcado pelo aumento da mobilidade social

⁹ No original lê-se “The degree of this interchangeability is an important indicator of the system’s location on a dimension ranging from totalitarianism, where interchangeability is zero, to liberalism, where interchangeability is high”

¹⁰ No original lê-se “The overall picture delineated by these data is the clear predominance among European representatives of a professional politician with a middle-class background, medium to high levels of education, significant political experience, and the likelihood of extended parliamentary service. Political representation now appears to be a profession in itself, requiring much more than a simple mirroring of the features of those who are to be represented in order to be elected and act as representative.”

¹¹ Considerando-se que estão presentes no estudo Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Itália, Holanda, Noruega, Portugal, Espanha e o Reino Unido

das classes mais baixas, elevação dos tempos de mandato parlamentar e uma desvinculação das atividades econômicas para o poder público. De acordo com os autores “O declínio da nobreza como meio de acesso à carreira parlamentar é uma clara tendência neste período em todos os países onde ela desempenhou um papel formalmente relevante. Após muitos séculos, um dos tradicionalmente mais importantes (e peculiares) atores da vida política europeia deixa a cena”¹²(idem p.513). O terceiro período (1920-1960) revela o aparecimento das democracias de massa. Os representantes têm um perfil social mais diversificado (refletindo a pluralidade da sociedade), fazem sua carreira política nos partidos (agora grandes filtros para o acesso à arena parlamentar) e têm experiência prévia no setor público, um traço que pode estar a exibir o retorno do Estado.

A transformação no perfil da elite parlamentar ao longo desse processo revela que a modernização da sociedade não tem uma conexão direta com a sociedade, uma vez que os padrões de representação parlamentar resistem às modificações do seu ambiente. As diferenças entre as trajetórias percorridas pelos parlamentares são salientes, e elas revelam a coexistência de dois vetores que não são exatamente antagônicos, mas certamente são contraditórios: por um lado há a ampliação dos nichos sociais de onde partem os eleitos (mas também os eleitores, se considerarmos a ampliação do sufrágio). Mas, em um sentido oposto à esse, a representação parlamentar se “tecnicizou”, pois a autonomização do campo de ação política reforçou a necessidade de dominar regras e saberes próprios desse campo de ação política. Isso deve ser pensado como um efeito da própria ampliação do universo de eleitores, pois os partidos de massa eles mesmos se convertem em complexas organizações, capazes de coordenar um processo de agregação de interesses de modo mais sofisticado.

Essas tendências gerais assumem características muito diferentes conforme cada país, mas elas podem ser visualizadas globalmente com a transformação de um tipo de *político notável* (predominante em um período de baixa profissionalização e baixa democratização políticas) em um *político profissional* (que é característico da situação inversa).

Como se vê, a disjuntiva “democratização x profissionalização” parece ser a síntese de um movimento desencadeado pelo aprofundamento da representação parlamentar, pois o que se ganha em termos de qualidade da representação (basicamente, devido a um melhor desempenho nas condições em que ele é recrutado) perde-se em termos do estrangulamento das bases de recrutamento, pois a política parlamentar cada vez menos deixa de ser manejada por amadores.

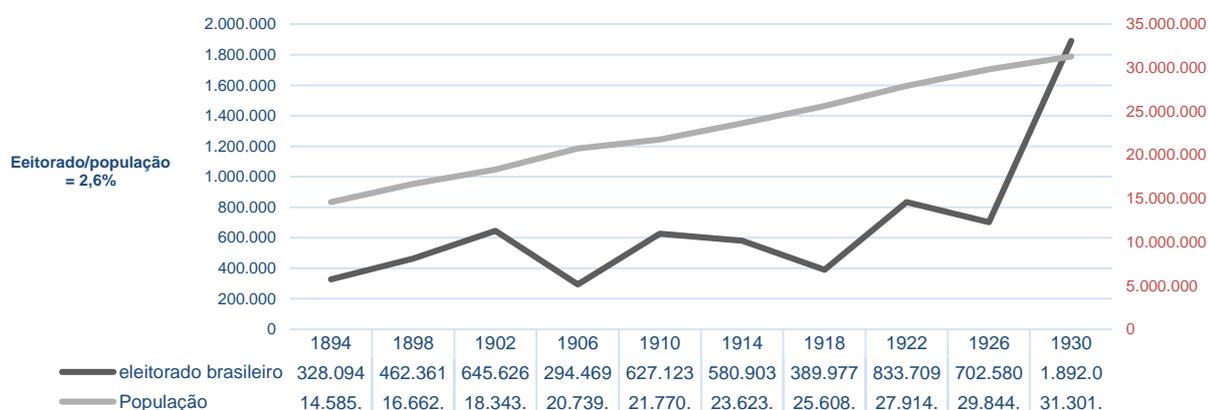
Se essa linha de raciocínio for verdadeira (e os dados que a amparam são bastante sólidos) *não deveriam existir políticos profissionais em uma democracia onde regime representativo fosse artificial*, ou pelo menos, onde o contingente de eleitores engajados no processo eleitoral fosse precário face ao conjunto da população. São exatamente essas condições que se encontram no Brasil, durante a primeira metade do século XX.

¹² No original lê-se “The decline of nobility as a means of access to a parliamentary career is one of the clearest trends of this period in all those countries where it had formerly played an important role. After many centuries, one of the traditionally most important (and peculiar) actors of European political life leaves the scene.”

Parte das razões da baixa audiência dos estudos sobre as elites políticas no período se deve à precária representação política na época. As informações produzidas nos primeiros censos brasileiros revelam com clareza o descompasso entre as transformações socioeconômicas e a participação política na Primeira República. Segundo Maria Antonieta Leopoldi, “não há dúvida de que os proprietários agrícolas passam a desempenhar o papel de verdadeiros atores no cenário político do começo do século. São eles que fazem os presidentes, os deputados, os senadores. Contudo, por trás deles, há uma comunidade política que tem sido pouco estudada, não só pela falta de dados que permitam analisá-la com fidelidade, como pela sua pequena representatividade num sistema político onde antes da realização das eleições o nome do eleito se encontra no “bolso do colete” dos políticos mais importantes.” (Parahyba 1970, p.89). Trabalhando com dados de 1872 a 1933, a autora faz um cruzamento entre variáveis de participação social e participação política. Por participação social compreende-se participação na vida social da comunidade e os indicadores mobilizados são as taxas de alfabetização, urbanização, ocupação profissional, industrialização e a ocupação em atividades urbanas ou rurais. A participação política é mensurada com o percentual da população apta a votar em relação ao total da população.

Os dados obtidos no censo revelam que há um aumento na alfabetização (de 19 para 29 pontos percentuais entre 1872 e 1920) e um aumento da urbanização, pois o percentual da população que vivia em cidades com mais de 30 mil habitantes sobe de 31 para 51 neste período. Os demais indicadores têm tendência de queda neste período, mas o dado impressionante é a queda da proporção dos eleitores inscritos com a população: esse indicador cai de 11% em 1872 para 4% em 1933. Isso é notável porque entre os dois períodos desaparece o pré-requisito de comprovação de renda para a participação nas eleições, assim como todo o contingente de escravos libertos se torna um potencial ator nas eleições. Para efeito de mera ilustração cruzamos os percentuais das eleições majoritárias de Joseph Love com os resultados absolutos de todos os presidentes eleitos durante o período. Os resultados das eleições presidenciais foram extraídos dos relatórios presentes na obra de Walter Costa Porto. Os resultados seguem abaixo, no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução do eleitorado e da população brasileira durante a Primeira República



Fonte: Elaboração própria a partir de (Porto 1989; Love 1970)

O gráfico revela com clareza a diferença nas dimensões do eleitorado. A média de 2,6% para todo o período só reforça o que já foi consolidado em todos os textos que se produzem sobre a Primeira República, que o sistema não possuía representatividade nacional.

O objeto desta investigação são os senadores brasileiros na Primeira República. As informações que levantamos dizem respeito ao total de 358 indivíduos que foram os titulares de 851 mandatos entre a 21ª legislatura (1890-1891) até a 37ª (1937-1937). A rigor este contingente inclui os titulares do mandato na segunda república (1934-1937), mas por se tratar de apenas uma legislatura, que nem seria concluída devida ao encerramento do regime representativo no país, em 1937, decidimos manter os 44 titulares de 1934 na base. Cada entrada no banco de dado se refere a um mandato. O motivo deste expediente é que em uma pesquisa sobre a carreira política, é preciso registrar como a reeleição altera os parâmetros do mesmo indivíduo. Ao longo da tese intercalaremos dados provenientes da base produzida com as 851 linhas (cuja unidade de análise é o indivíduo), com as informações coletadas sobre os 358 indivíduos.

Foram combinadas três fontes para a coleta de dados. A primeira delas são as fichas biográficas produzidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal, órgão responsável pela manutenção, atualização e processamento de bancos de dados do Senado – PRODASEN. Cada indivíduo que tenha passado pelo Senado contém uma ficha biográfica, que traz informações a identificação individual, cônjuges, profissões, filiação, mas sobretudo, os cargos públicos e os mandatos eletivos. As fichas nos foram remetidas por correio eletrônico pela Coordenação de Arquivo do Senado Federal (COARQ).

Por se tratar de uma ficha resumida, não é raro faltar informações muito relevantes, como as datas dos cargos. Por isso a segunda fonte mobilizada foram os verbetes do Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro, elaborados pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Até meados de 2013 eram biografados apenas os políticos posteriores a 1930, mas nos últimos meses o CPDOC tornou pública uma relação com os verbetes dos políticos da Primeira República. A terceira fonte nos auxiliou a determinar com precisão quem eram os titulares dos mandatos. Tabulamos as entradas presentes no site do Senado Federal das legislaturas mais antigas (<http://www.senado.gov.br/senadores/periodos/legisAnt.shtm>) utilizando as datas de entrada na legislatura como critério para designar se o indivíduo era titular ou era suplente.

O trabalho aqui privilegia as informações sobre carreira política, no qual são registrados todos o nome de todos cargos públicos (eletivos e não eletivos), o ano de entrada e o ano de saída. A coleta dispõe os cargos em ordem cronológica, e cada linha se encerra no mandato de senador. Os principais indicadores manuseados ao longo do texto se referem aos cargos percorridos até o Senado e o tempo de carreira, que é obtido com a subtração entre o ano que o senador foi eleito (que na Primeira República coincide com o ano da posse) e o ano em que foi registrado o seu primeiro cargo na vida pública.

III. A hipótese da pesquisa

A hipótese central do trabalho afirma que *O artificialismo da representação política não impediu a constituição de uma classe de políticos profissionais, porque a acirrada competição entre as oligarquias*

*estaduais pelos votos de cabresto induzia os agentes políticos a se especializarem em uma sofisticada aritmética pelo pragmatismo eleitoral. O efeito líquido da competitividade foi a elevada circulação da elite política*¹³. cremos que ao examinar esta proposição poderemos entender melhor qual é o sentido da competição política na república velha, e por conseguinte, qual era a *função política* do voto. Imaginamos que a associação entre representação fictícia e baixa competição eleitoral seja uma simplificação grosseira da construção do *savoirfaire* político no período. Esta associação simplifica a inter-relação entre a matéria (ou melhor, o efeito) em disputa nos diversos níveis do sistema federativo. Olhando a partir da base, Victor Nunes Leal afirma que “As eleições municipais constituem pelepas tão aguerridas em nosso país, *justamente porque é pela comprovação de possuir a maioria do eleitorado* no município que qualquer facção local mais se credencia às preferências da situação estadual. A esta, como já notamos, o que mais interessa é ter nas eleições estaduais e federais, que se seguirem, maior número de votos, com menor dispêndio de favores e mais moderado emprego da violência” (Leal 2012, p.67) grifos nossos.

Esta proposição se distancia da ideia de que a elevada circulação da elite política é um indício de amadorismo, ao invés de profissionalização. Ao contrário, “uma taxa de renovação elevada não necessariamente abre as portas para uma nova qualidade de parlamentares, mas pode reproduzir a legislatura com as mesmas características, exceto, é claro, pelo titular do mandato”¹⁴(Best & Cotta 2000, p.512). A nossa hipótese se torna contraintuitiva quando levamos em conta a importância das eleições para a profissionalização da atividade política nas democracias modernas. Assim, a generalização possível com o estudo dos parlamentares na Primeira República deve explicar como foi possível surgir políticos profissionais em circunstâncias tão inóspitas para a legítima representação política.

Referências

- Balmori, D., Voss, S.F. & Wortman, M., 1990. *Las Alianzas de Familias y la Formacion del País en America Latina* 1st ed., Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Bécarud, J., 1973. Noblesse et représentation parlementaire : les députés nobles de 1871 à 1968. *Revue Française de Science Politique*, 23(5), pp.972–993.

¹³ A expressão “circulação da elite” costuma ser associada, no campo de estudos de elites políticas, ao “cemitérios das aristocracias” de que fala Pareto sobre, a saber, o processo de entrada e saída de indivíduos entre a elite e a não elite (Cf. cap 03 de Bottomore 1965). Ainda não podemos utilizar o termo nesta acepção. Por ora o termo “circulação da elite” designa o “intense movimento e vinculação entre os níveis municipal, estadual e federal, nas duas direções. Novos [políticos] vem de legislaturas municipais e estaduais, burocracias e postos no executivo. [Parlamentares] exigosos retornar aos estados como governadores, secretários de estados ou prefeitos de grandes cidades. (Santos & Pegurier 2011, p.181). No original lê-se: “[very intense] movement and linkage between the municipal, state and federal level, in both directions. New [politicians] come from county and state legislatures, bureaucracies or executive posts. Successful [parliamentarians] go back to the states as governors, state secretariats or big city mayors.”

¹⁴ No original lê-se “a high turnover rate must not necessarily open the doors to a new brand of parliamentarians, it may simply reproduce a legislature with the same characteristics, except, of course, tenure”

- Best, H. & Cotta, M., 2000. *Parliamentary Representatives in Europe 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries.*, Oxford, England: Oxford University Press.
- Black, G.S., 1972. A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives. *The American Political Science Review*, 66(1), pp.144–159.
- Black, G.S., 1970. A theory of professionalization in politics. *The American Political Science Review*, 64(3), pp.865–878.
- Borchert, J., 2009. Ambition and Opportunity in Federal Systems: The Political Sociology of Political Career Patterns in Brazil, Germany, and the United States. *APSA 2009 Toronto Meeting Paper*, p.21.
- Bottomore, T.B., 1965. *As Elites e a Sociedade*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Czudnowski, M.M., 1975. “Political Recruitment.” In F. I. Greenstein & N. W. Polsby, eds. *Handbook of Political Science: Micro-political Theory*. Reading, Mass: Addison-Wesley, pp. 155–242.
- Dogan, M., 1953. La stabilité du personnel parlementaire sous la Troisième République. *Revue française de science politique*, 3(2), pp.319–348.
- Dogan, M., 1967. Les filières de la carrière politique en France. *Revue française de sociologie*, 8(4), pp.468–492.
- Dogan, M., 1999. Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers. In M. Offerlé, ed. *La profession politique*. Paris: Belin, pp. 171–199.
- Duran, P., 2009. Max Weber and the Making of Politicians: A Sociology of Political Responsibility. *Max Weber Studies*, 9(2), pp.51–93.
- Eulau, H. & Sprague, J.D., 1964. *Lawyers in Politics: A Study in Professional Convergence*, Indianapolis: Bobbs-Merrill.
- Greven, M.T., 2004. Max Weber’s Missing Definition of “Political Action” in his “Basic Sociological Concepts”: Simultaneously a Commentary on Some Aspects of Kari Palonen’s Writings on Max Weber. *Max Weber Studies*, 4(2), pp.179–200.
- Hibbing, J.R., 1999. Legislative Careers: Why and How We Should Study Them. *Legislative Studies Quarterly*, 24(2), pp.149–171.
- Leal, V.N., 2012. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil 7ª edição.*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Love, J.L., 1970. Political Participation in Brazil, 1881-1969. *Luso-Brazilian Review*, 7(2), pp.3–24.

- Maddox, H.W.J., 2004. Working Outside of the State House (and Senate): Outside Careers an Indicator of Professionalism in American State Legislatures. *State Politics & Policy Quarterly*, 4(2), pp.211–226.
- Matthews, D.R., 1984. Legislative recruitment and legislative careers. *Legislative Studies Quarterly*, 9(4), pp.547–585.
- McConaughy, J.B., 1950. Certain Personality Factors of State Legislators in South Carolina. *The American Political Science Review*, 44(4), pp.897–903.
- Merton, R.K. & Patricia L. Kendall, 1946. The Focused Interview. *American Journal of Sociology*, 51(6), pp.541–557.
- Offerlé, M., 1999. *La profession politique: XIXe-XXe siècles*, Paris: Belin.
- Palonen, K., 2010. Max Weber’s Rhetoric of “Objectivity”: The Parliament as a Paradigm for Scholarly Disputes. *Max Weber Studies*, 10(1), pp.71–93.
- Palonen, K., 2006. Sombart and Weber on Professional Politicians. *Max Weber Studies*, 6(1), pp.33–50.
- Palonen, K., 2011. The State as a “Chance” Concept: Max Weber’s de-substantialisation and neutralisation of the concept. *Max Weber Studies*, 11(1), pp.99–117.
- Parahyba, M.A. de A.G., 1970. Abertura Social e Participação Política no Brasil (1870 a 1920). *Dados*, s/v(7), pp.89–117.
- Payne, J.L. & Woshinsky, O.H., 1972. Incentives for Political Participation. *World Politics*, 24(04), pp.518–546.
- Pedersen, M.N., 1975. the Geographical Matrix of Parliamentary Representation: a Spatial Model of Political Recruitment*. *European Journal of Political Research*, 3(1), pp.1–19.
- Porto, W.C., 1989. *O Voto no Brasil: Da colônia à 5ª República História E.*, Brasília: Gráfica do Senado Federal.
- Prewitt, K., Eulau, H. & Zisk, B.H., 1966. Political Socialization and Political Roles. *Public Opinion Quarterly*, 30(4), pp.569–582.
- Recchi, E., 1999. Politics as occupational choice: Youth self-selection for party careers in Italy. *European Sociological Review*, 15(1), pp.107–124.
- Santos, F.G.M. & Pegurier, F.J.H., 2011. Political Careers in Brazil: Long-term Trends and Cross-sectional Variation. *Regional & Federal Studies*, 21(2), pp.165–183.
- Schlesinger, J.A., 1966. *Ambition and Politics: Political Careers in the United States.*, Chicago: Rand MacNally.

Searing, D.D., 1987. New Roles for Postwar British Politics: Ideologues, Generalists, Specialists, and the Progress of Professionalization in Parliament. *Comparative Politics*, 19(4), pp.431–452.

como citar:

Massimo, Lucas. A profissionalização da carreira dos senadores brasileiros na Primeira República (1890-1930). **workingpapers/textos para discussão. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, n. 11, abril 2015. p. 1-19. ISSN



Copyright© 2015

observatoryof social andpolitical elites ofbrazil

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

workingpapers series/coleção textos para discussão

editor: Adriano Codato (ufpr)

comitê editorial: Bruno Bolgnesi (unila); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto (fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (puc-rs); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/ufpr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

observatório de elites políticas e sociais do brasil

universidade federal do paraná – ufpr

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp

rua general carneiro, 460 sala 904

80060-150, curitiba – pr – brasil

Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: uelites@gmail.com ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.

Rights and Permissions

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

Working Papers are available online at <http://observatory-elites.org/working-paper-series/> and subscriptions can be requested by email to uelites@gmail.com.

ISSN